

Guilherme Tiburtius e sua relação com o Patrimônio Arqueológico: do colecionismo à pesquisa arqueológica

Guilherme Tiburtius and its relationship with the Archaeological Heritage: from collecting to archaeological research

Priscila Gonçalves Ferreira da Silva*
Dione da Rocha Bandeira**

Resumo: Esse artigo fala sobre a vida de Guilherme Tiburtius, colecionador e arqueólogo amador que durante anos reuniu mais de 12 mil peças arqueológicas e etnográficas cuja coleção hoje faz parte do acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville MASJ). Seus artigos e cadernos escritos, ainda hoje servem para o deleite dos leigos e como fonte para muitas pesquisas científicas. Apresentaremos Guilherme Tiburtius, bem como sua relação com a cidade de Joinville – SC. Abordaremos o colecionismo tentando entender alguns aspectos dessa prática e por fim levantamos a questão de Guilherme ser um colecionador e a legitimidade de seu trabalho como arqueólogo amador.

Palavras-chave: Guilherme Tiburtius. Colecionismo. Coleção. Museu. Arqueologia.

Abstract: This article talks about the life of Guilherme Tiburtius, a collector and amateur archaeologist who for years gathered more than 12 thousand archaeological and ethnographic pieces whose collection is now part of the collection of the Sambaqui Archaeological Museum of Joinville, his articles and written notebooks, still serve today to the delight of the laity and as a source for many scientific researches. We will present Guilherme Tiburtius, as well as his relationship with the city of Joinville - SC. We will approach collecting trying to understand some aspects of this practice and finally raise the question of Guilherme being a collector and the legitimacy of his work as an amateur archaeologist.

Key-words: Guilherme Tiburtius. Collection. Museum. Archaeology.

1. Introdução

Guilherme Tiburtius (GT) foi um colecionador e arqueólogo amador nascido na Alemanha, em 1892, que migrou ainda menino para o Brasil junto da sua família, vivendo em uma colônia para imigrantes na cidade de Anitápolis e instalando-se em

* Possui graduação em História pela Universidade da Região de Joinville (2009), mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da região de Joinville (2017). Atualmente é concursada na prefeitura municipal de Joinville como assistente cultural de museus, no Museu Arqueológico de Sambaqui. Tem experiência na área de patrimônio, museus, patrimônio cultural e educação patrimonial. E-mail: pris.historia@gmail.com

** Arqueóloga com graduação em Ciências Biológicas e mestrado em Antropologia Social pela UFSC e doutorado em História pela UNICAMP. Professora do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. Arqueóloga no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/MASJ. E-mail: dione.rbandeira@gmail.com

Curitiba em 1921. Desde cedo se interessou pela arte indígena, pela vida do índio e pela Arqueologia.

Iniciou sua coleção na década de 1940 com peças líticas: lâminas de machado, batedores e polidores, adquiridas no interior do Paraná, embora sua coleção contasse com peças de vários lugares, a grande maioria provinha de sambaquis da Baía da Babitonga.

Com o campo da Arqueologia se profissionalizando cada vez mais, Guilherme é proibido de trabalhar em sítios do Paraná, voltando seu trabalho para os sambaquis de Joinville, que passavam por frequentes desmontes para exploração de cal ou para pavimentação de estradas.

Em toda sua vida, reuniu cerca de 12.000 peças. Com idade avançada, e sem ninguém da família para continuar o seu trabalho, Guilherme decide vender a coleção para a Prefeitura de Joinville, pois tinha contatos na cidade que já haviam mostrado interesse anteriormente. A Prefeitura Municipal adquiriu sua coleção (Lei 620 de 09/07/1963) que foi transferida para a sede provisória, o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC). Guilherme Tiburtius continuou a trabalhar com seu acervo no prédio do museu.

A construção da sede do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ (1969/1972), criado para receber a coleção de GT e responsável pela guarda até hoje, contou com auxílio técnico e financeiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; em 1972 o Museu foi inaugurado e iniciou suas atividades. Em função do convênio PMJ/IPHAN, o MASJ é uma das raras instituições no país projetada e edificada com a finalidade de ser um Museu de Arqueologia.

Nesse artigo trazemos ao público, um pouco da história de Guilherme Tiburtius, não pretendemos aqui fazer uma biografia, mas contar uma trajetória de vida partindo da análise de registros como atas, documentos pessoais, entrevistas com familiares e bibliografia. Para finalizar buscamos trazer algumas reflexões acerca das contribuições para a Arqueologia deixadas por Guilherme Tiburtius, refletindo sobre as tensões e disputas que existiram entre Guilherme e o campo da Arqueologia profissional paranaense, representada pela figura de Loureiro Fernandes.

2. A vida de Guilherme Tiburtius e sua coleção

Nascido em Berlim em 17 de outubro de 1892, Guilherme Tiburtius é fruto de uma Alemanha com fortes raízes no poder militar, econômico e na tradição do ensino escolar e universitário na formação dos cidadãos. Otto Von Bismarck, imperador alemão, tinha três guerras em seu currículo e possuía uma ideologia que valorizava a força militar acompanhada de poder econômico. O Reich Alemão foi constituído sobre essas bases, bem como os anos anteriores à Primeira Guerra (KAUFFMANN, 2009).

Em 1810, a cidade de Berlim já possuía a grande Universidade de Berlim, formando burocratas que deveriam servir ao estado, bem como os médicos, engenheiros e advogados. Já no final do século XIX possuía um ar cosmopolita como Paris e Viena, e a parte cultural e a tradição não deixavam a desejar. Guilherme Tiburtius teve uma formação cultural incutida no seu estudo e desde cedo costumava visitar museus em Berlin, principalmente o Museu de Etnologia da cidade. Morava em frente à embaixada da China e do Sião, gostava muito de observar, sua convivência com a cultura de outros países era frequente. Na obra Arquivos de Guilherme Tiburtius, publicada pela Fundação Cultural de Joinville em 1996, em seu prólogo escrito por ele anos antes de sua morte, Guilherme se descreve como colecionador desde pequeno. Junto de seu pai, Guilherme fazia longas excursões pela Alemanha. Certo dia encontrou seu primeiro machado de pedra que muito chamou sua atenção, mas teve que entregar ao museu local (TIBURTIUS, 1996). Essa passagem mostra que Guilherme desde muito novo já tinha interesse pelo exótico, o machado de pedra citado representa o apreço do menino cosmopolita pelo homem pretérito, o que veio a se confirmar a seguir. Os museus e as excursões eram frequentes na infância de Guilherme, vindo a contribuir para o seu interesse pelo colecionismo, atividade essa exercida em muitos casos por pessoas de alto poder aquisitivo, tendo em vista os gastos investidos em comprar, conservar, acondicionar objetos.

A família Tiburtius teve uma vida confortável em Berlim. O pai de Guilherme, Sr. Hermann Tiburtius, foi um exímio entalhador de móveis, contratado pelo governo de Minas Gerais para fazer seu trabalho no Palácio do Governo. Guilherme Tiburtius, seus pais e os quatro irmãos ficaram no Brasil pelo período de dois anos, de 1908 a 1910, tempo que durou o trabalho para que foi contratado. Sua mãe, Marie Tiburtius, sentia muitas saudades da Alemanha, contribuindo para o retorno da família para a Europa. Segundo Ewaldo Tiburtius, filho do Sr. Guilherme, em entrevista realizada em 2016, o retorno para a cidade natal não foi tão bom quanto o esperado, ele apenas descreve que a família não se adaptou novamente ao lugar.

Assim, muitas famílias europeias, naquele período, saíram da Europa em direção às colônias do sul do Brasil, construídas pelo governo brasileiro para receber quem povoaria e trabalharia na terra. A colônia escolhida pela família Tiburtius foi a de Anitápolis, cidade localizada na região da grande Florianópolis, onde em 1907, o governo do Estado abriu um núcleo colonial para receber imigrantes europeus (CRUZ, 2008). O tempo em que viveram na colônia foi muito difícil, os homens precisavam se afastar cada vez mais para poder arrumar trabalho (TIBURTIUS, 2006).

No ano de 1912, o pai de Guilherme Tiburtius morre em um acidente, sendo essa tragédia o estopim para que saísse da Colônia em direção à Curitiba, buscando espaço para exercer sua profissão de marceneiro. A viagem foi a pé, se fixando durante um tempo em uma mina de carvão em Criciúma, onde trabalhou alguns meses. Posteriormente, sua mãe e irmãos juntaram-se a ele, fixando-se definitivamente em 1921. Em Curitiba, anos mais tarde, Guilherme montou uma fábrica de objetos decorativos feitos de madeira brasileira. Casou-se em 1923 com Clara Shipeers e teve dois filhos. Durante os anos em que teve a fábrica – chegando a empregar cerca de 100 funcionários –, Guilherme recebia as madeiras para a confecção de abajures de homens que viviam em Umbará, cidade próxima à Araucária, no Paraná. Esses mesmos passaram a lhe trazer machados de pedra, encontrados na terra, sem nenhum custo, a partir dos anos 1930 (TIBURTIUS, 2016).

Em outros momentos, Guilherme teve a oportunidade de enriquecer sua coleção, que aos poucos foi tornando-se expressiva, com a ajuda de pessoas que moravam em cidades próximas de Curitiba, onde havia uma maior concentração de vestígios arqueológicos. A agricultura estava se modernizando e assim muitos objetos de rocha como machados e pilões vinham para a superfície devido ao trabalho do arado. Guilherme pagava a quantia de dez mil réis por um machado de pedra, um bom preço, fazendo com que a notícia se espalhasse pelo interior do Paraná e motivando muitos moradores dos arredores a coletar artefatos para vender a Guilherme.

De 1932 a 1961, Guilherme juntou cerca de 830 machados de pedra, todos pagos com seu dinheiro (TIBURTIUS, 2006). Pode-se dizer que boa parte da sua coleção, no que se refere a peças etnográficas e históricas, provêm do Paraná, das localidades de Araucária, Areia Branca, Lapa, Reserva, entre outros, sendo que Guilherme costumava fazer expedições com seu filho Ewaldo para Santa Catarina e também no Paraná, onde morava, sempre que ficava sabendo que um sítio estava sendo destruído ou recebia alguma informação que acreditava ser importante checar.

Guilherme nutria uma grande amizade com Sr. Adolfo Bernardo Schneider, historiador de Joinville e um dos grandes entusiastas da criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Esse já mencionava em seus textos sobre a colônia Dona Francisca a existência de montes de conchas desde o início da colônia, e muito atento às pesquisas científicas via na criação de um museu que falasse dos sambaquis, uma grande oportunidade de trazer à Joinville as discussões e pesquisas que estavam permeando o mundo e os grandes centros brasileiros (SOUZA, 2007).

Essa amizade foi determinante para que Guilherme visse na cidade de Joinville um bom local para abrigar sua coleção pois recebia com frequência propostas de vendê-la para o estrangeiro, inclusive o Japão (SCHNEIDER, 1999). Além disso, ele sabia que logo mais não poderia cuidar e dar manutenção à coleção que tinha quase 15 mil peças entre líticas, vasilhames cerâmicos, esqueletos humanos, artefatos em osso de fauna, adornos, zoósteos (esculturas em forma de animais feitas em osso), pontas de projétil e artefatos conchíferos.

A coleção possuía um padrão de organização, sendo que 8.500 peças foram listadas, devidamente numeradas e fichadas. Hoje, incluem-se nesta coleção alguns textos inéditos e alguns objetos pessoais que foram doados por seus herdeiros a partir da década de 1980 para o MASJ.

Nesse sentido, Schneider desejava que a coleção fosse comprada pela prefeitura de Joinville e sempre enfatizava que aqui deveria existir um Museu do Sambaqui, principalmente depois de saber que grande parte dos artefatos da coleção Tiburtius eram provenientes de sambaquis dos municípios de Joinville e região. “A sua coleção sr. Tiburtius, deveria estar em Joinville! E junto com esta coleção, o Sr. também, cuidando e ampliando a mesma” (SCHNEIDER, 1999, p.50).

O sonho de Schneider em consonância com a municipalidade de construir um Museu de Sambaqui em Joinville parece ter ido ao encontro do desejo de Guilherme em vender a coleção. Com isso a compra da coleção Guilherme Tiburtius se deu em 1963 (Lei Municipal no 620) pelo valor de 5 milhões de cruzeiros.

Com a venda da coleção, Guilherme é convidado pela prefeitura de Joinville para trabalhar na organização da coleção que ficaria abrigada no Museu de Imigração e Colonização. Guilherme ficou trabalhando em Joinville o ano de 1964 inteiro, de acordo com os recibos de pagamentos acessados no MASJ e ata de reunião da comissão do ano de 1965 – página 25. Esse último documento também informa sobre o afastamento de Guilherme Tiburtius por motivos pessoais.

3. Coleccionismo

Para falar de Guilherme Tiburtius enquanto colecionador de peças arqueológicas, é interessante entender um pouco sobre o colecionismo, como se dão as coleções e sua importância na História.

O ato de colecionar é algo muito comum e antigo, pessoas das mais diversas épocas viam na coleção algo importante para si e para a sociedade. Giovanaz (1999) aponta que o ato de colecionar envolve diversas motivações, formadas por interesses que podem ser simplesmente estéticos, financeiros ou por acreditar na preservação da sua própria memória ou de um grupo. Além do prestígio que o colecionador possui, a coleção mostra o gosto, as ideias e escolhas daquele que a formou, bem como demonstra um reconhecimento em torno daquele que coleciona. Este ao ter a preocupação em “guardar”, possibilita que gerações futuras tenham acesso a todos aqueles objetos e acessem às culturas e costumes antigos através deles.

Sabendo das particularidades de cada coleção e colecionador, as práticas devem ser pensadas em razão da biografia das pessoas, percebendo assim a sua diversidade e intenções. Todo esse conjunto de informações é de suma importância para a compreensão desse fato pois os motivos para colecionar podem ser relacionados à alguma lembrança de infância, referências familiares, até mesmo traumas. Lopes explica que

embora se trate de um aspecto sempre subjetivo, a relação que as coleções estabelecem com a vida das pessoas é um motivo interessante para pensar, para pesquisar e, ao mesmo tempo, para compreender a forma pela qual as coleções depois são expostas, ou não, e em que condições, ou atendendo a que intencionalidades. Há muitas pessoas que mantêm suas coleções guardadas desde a infância, sem expô-las, e há aquelas que colecionam justamente para expor e, em torno dessa exposição, estabelecer interlocuções, trocas e uma série de outras relações que acabam motivando perspectivas distintas de sociabilidade (LOPES, 2010, p. 386).

Ao pensar sobre a coleção que o indivíduo “constrói” para si, sem as intenções de mostrar e aquele que o faz com a finalidade de expor ao público, o autor relaciona essas às teorias do desenvolvimento da inteligência de Jean Piaget. Não seguiremos por esse caminho, no entanto é importante pensar que em características existentes na fase adulta do indivíduo, as explicações podem ser encontradas em fases da infância. Para Piaget (1983 *apud* LOPES, 2010), a criança entre dois e sete anos desenvolve afetividade e familiaridade com os objetos, iniciando o processo cognitivo de exploração e conservação deles, podendo assim acontecer as coleções.

O ato de colecionar esteve presente em muitos momentos da história, sendo determinante no que se refere à preservação da memória individual ou de grupos. Esse elo com o passado e a preocupação em manter determinada memória fica evidente em diversos períodos, a exemplo do desmanche do Império Romano do Ocidente em 476, os primeiros reinos germânicos procuravam estabelecer um elo com o passado, como se fossem legítimos herdeiros de Roma. O rei visigodo Chindasvinto, na primeira metade do século VII, e seu filho sucessor, aparecem retratados em moedas do período com uma cruz e inscrições em latim, o uso de características romanas, bem como formas monetárias como a moeda, numa demonstração do desejo de perpetuar a memória e o poder da família (CARLAN, 2010). No império de Carlos Magno, entre 747 e 814, foi determinada a preservação e conservação de tudo que fosse referente à cultura romana. Nesse sentido percebe-se em vários aspectos um anseio de retomar a tudo que envolvesse a antiguidade greco-romana, colecionar objetos de arte, moedas, esculturas era uma prática entre famílias de grande poder aquisitivo, conferindo-lhes status.

Na contemporaneidade, o colecionismo ganha diferentes características potencializado pelo avanço da globalização, fenômeno ligado aos tempos atuais que vem atrelado à ideia de homogeneidade e ao consumismo onde a cultura e as oportunidades podem chegar a quase todos os lugares e pessoas.

Na lógica do consumismo, muito presente nos tempos atuais, podemos pensar diferentes possibilidades e motivações para um indivíduo ou grupo aderir ao colecionismo. A abundância de objetos e a diversidade dos mesmos pode ser um fator, já que a rotatividade dos produtos é muito grande, tornando-se fácil compor uma coleção seja de qualquer segmento de objetos, adquirir objetos das mais variadas funções é muito mais acessível do que antigamente, existem pessoas que colecionam bonecas, sapatos, miniaturas de perfumes, não há um padrão. A exemplo de colecionismo na sociedade globalizada, o artigo de Márcio Seligmann Silva intitulado *Colecionismo e Arte*, discute a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário. Este foi um artista brasileiro, visto muitas vezes como um louco acumulador, mas que suas obras possuem tamanha importância, sendo comparadas a artistas ícones da modernidade como Marcel Duchamp.

O Bispo trazia em sua poética o colecionismo imbricado em todos aqueles objetos, “salvos” por ele, e ressignificados em suas obras (SELIGMANN, 2009, p. 64).

A impressão que se tem diante da obra de Bispo é que ele visaria uma salvação total, apocatástasis, no termo de Origines do mundo.

Ele com suas listas de nomes, fichários e bordados queria como que incluir na sua obra todas as coisas, pessoas, pensamentos e sonhos. Sua utopia era a construção de uma segunda “arca de Noé”, como também recorda Maria Esther Maciel, voltada para salvar os “restos” da (pós-)cultura industrial (SELIGMANN, 2009, p. 64).

Na perspectiva de Rosário, o ato de colecionar era uma forma de salvar o máximo de coisas e histórias, como se isso representasse a salvação dos seus donos ou de quem nele acreditasse. O autor faz uma analogia com o livro Gênese onde a história de Noé é descrita, aparecendo a listagem de nomes, servindo a Bíblia, nesse sentido, como uma grande caixa ou arquivo sendo capaz de salvaguardar nomes e Histórias. Nessa interessante passagem, vemos o colecionismo de uma outra perspectiva onde o colecionador não coleciona por status ou para se enquadrar em determinado padrão, mas por ter uma certa devoção aos objetos. Ele junta tudo aquilo que foi descartado, como se cada resto que a sociedade descartou, objetos, roupas, tudo isso, um dia voltaria a fazer sentido. Para ele, esses objetos constituem um mundo, que ele criou e nele os objetos possuem valor simbólico.

O colecionismo perpassa muitas das inquietações do ser humano, sendo conveniente quando se busca recorrer à memória de um grupo ou indivíduo. Huyssen em sua obra *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*, aponta para uma tentativa nas últimas décadas do século XX de se retornar ao passado com práticas, como a musealização e a “onda” retrô, que seriam os “passados presentes”, em um termo criado pelo autor. Huyssen, argumenta que tentamos combater o medo do esquecimento com ações e estratégias que permitem a permanência da memória pública e privada. Explica a necessidade da “memória e da musealização juntas para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” (HUYSSSEN, 2000, p. 28). Na perspectiva da memória, juntar coisas, restos de determinado momento, permite uma espécie de estabilidade diante da instabilidade dos tempos, tendo em vista que as coleções são repletas de memórias individuais e memórias coletivas.

As motivações para se colecionar são imensuráveis e incontáveis os tipos de coleções existentes, o fato é que as coleções despertam a curiosidade e o interesse dos mais diversos públicos desde os tempos mais antigos.

3.1. As coleções e os Semióforos

Pensamos ser importante falar dos semióforos pois, nesse momento, dialogaremos com um dos mais importantes pesquisadores do tema, Krzysztof Pomian. Doutor em Filosofia pela Universidade de Varsóvia, na Polônia, atuou em várias universidades de renome como a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e na École du Louvre, na França. No ano de 1984, a Enciclopédia Einaudi (Portugal) o convidou para escrever o verbete Coleção. Desde então seu texto tornou-se referência sobre o estudo das coleções.

O autor inicia falando sobre a imensidão das coleções e museus somente em Paris. Existem coleções de qualquer objeto que se possa imaginar, e se fosse inventariar, um livro seria pouco. Para Pomian (1984), os objetos precisam para se enquadrar na categoria coleção responder a alguns quesitos, tais como: serem mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, estarem protegidos em um lugar preparado para esse fim e expostos ao olhar do público, sim, mesmo que tais objetos valham uma fortuna, e custem também muito dinheiro para serem mantidos em segurança, seja no quesito conservação, como na proteção contra roubos, eles são mantidos visíveis ao público.

Interessante pensar que muitos desses colecionadores não se aproveitam financeiramente do seu “tesouro”, e o que acontece em muitos casos quando esses colecionadores morrem é que as coleções são vendidas gerando grandes fortunas a seus herdeiros, mas também acontece, não raras vezes, da coleção tornar-se um museu, inúmeros exemplos fora do Brasil como o “Museu Ariana em Genebra, os museus Lazare Galdiano em Madrid e Frederico Marés em Barcelona, a Fundação Peggy Guggenheim em Veneza, a Gardner House em Boston” (POMIAN, 1984, p. 52). No Brasil entre os exemplos desse temos o objeto da nossa pesquisa, a coleção Guilherme Tiburtius.

Na publicação Arquivos de Guilherme Tiburtius, Guilherme comenta sobre o desinteresse dos familiares de continuar a cuidar da sua coleção de quase 15 mil peças, fazendo com que quisesse vendê-la, pois com a idade avançada, não tinha mais saúde para o empenho exigido na manutenção dela. Com a venda, ocorrida em 1963, a coleção foi abrigada no MNIC até o ano de 1969, quando o MASJ foi criado. A sua abertura, no entanto, aconteceu somente em 1972. A coleção equivaleu, na época, a 20% do orçamento anual da cidade de Joinville, um valor razoável (TAMANINI, 1994). Pomian se refere a um paradoxo existente nas coleções que “têm valor de troca, sem ter valor de uso”, ou seja, as peças passam por cuidados,

conservação, restauro, não para que possam exercer suas funções primárias. Mas para que fiquem ainda mais apresentáveis ao olhar de quem admira, e nesse sentido são fruto dos desejos de muitos colecionadores, que dariam fortunas para possuí-las, criando assim um mercado, dando valor monetário às coleções.

As coleções, ao longo da existência humana, nos mostram diferentes facetas, dependendo do período não podemos empregar os mesmos conceitos. Cada coleção é única devido à história de sua criação e para que foram criadas. Pomian explica que no período neolítico os mobiliários funerários, de sepulturas de 6.500 a 5.700 a.C. na Anatólia, são como coleções pois eram objetos cuidadosamente conservados para serem admirados pelos que habitam o além (POMIAN, 1984). Na China, escavações arqueológicas ocorridas na década de 1960, na tumba da princesa Tong T'ai datada de 706 d.C., trazem centenas de objetos, estatuetas, pinturas, demonstrando a função de serem perpetuamente admirados, mesmo que não estejam expostos ao olhar dos homens da terra, estão disponíveis ao olhar daqueles que estão no além (POMIAN, 1984). Em Roma os objetos mantidos fora das atividades econômicas, que se acumulavam nos templos e nas residências dos detentores do poder, presentes e despojos que eventualmente eram exibidos para o público, deram origem a coleções. Os grandes colecionadores eram generais e Procônsules, os objetos que ganhavam e expunham provinham de saque (POMIAN, 1984).

O colecionismo na História moderna distancia-se e aproxima-se daquele que ocorria nas sociedades mais antigas. Distancia-se, pois, nas sociedades antigas o ato de juntar objetos vinha como demonstração de poder, rituais funerários, aproximação com o "sagrado", resultado de despojos de guerra. Aproxima-se, pois, mantém os objetos de suas coleções longe do seu valor de uso. Na modernidade, especialmente no expansionismo europeu, o colecionismo serviu como uma das formas de demonstrar o domínio, a "superioridade" e a espoliação desses países em relação às suas colônias. Muitos museus da Europa mantêm em seus acervos coleções de diferentes partes do mundo, como o Museu Etnológico de Berlim, fundado em 1873, que financiou inúmeras expedições para o Brasil, sendo um dos principais provedores de peças de grupos indígenas no Brasil ao acervo da instituição (DONISETTE, 2008, p. 23).

Objetos arqueológicos e etnográficos representam o modo de viver e interagir com o ambiente de grupos do passado. Pensar e relacionar o modo de fazer e a necessidade daquele objeto em determinado momento nos permite evocar as memórias de grupos que já estão extintos. A criação de uma coleção de líticos,

cerâmica ou cestaria, permite fazer uma ponte com o passado transitando nas técnicas, utilidades e os materiais daqueles objetos. Essa coleção não oferece apenas fruição por sua beleza estética, ela fornece subsídios para que se possa, ainda que parcialmente, compreender o modo de viver de grupos pretéritos.

O homem, desde os tempos mais remotos, é um produtor de objetos. Os primeiros artefatos datam de três milhões de anos. Os objetos não utilitários também são muito antigos, como explica Pomian:

É só durante o aquecimento climático verificado entre os 40 000 e os 60 000 anos, que aparecem os primeiros fragmentos de ocre vermelho; mas são ainda muito raros. Nos níveis correspondentes à última fase deste aquecimento, André Leroi-Gourhan [1971, p. 35] tinha descoberto uma “série de objectos de curiosidade, recolhidos pelos habitantes da gruta de Hyène (Arcy-sur-Cure, Yonne, França) durante as suas deslocações. São uma grande concha em espiral de um molusco da era secundária, um polipeiro de forma esférica da mesma época, blocos de pirite de ferro de forma bizarra...” (POMIAN, 1984, p. 70).

A reminiscência desses exemplares da natureza demonstra, em algum grau, que nossos antepassados se interessavam pela estética daqueles objetos a ponto de guardá-los para si. Grupos de diversos períodos faziam uma reunião de objetos de diferentes gêneros que envolvia de ossos a cristais, existindo assim possivelmente alguma conexão entre a recolha destas coisas e a religião. “Mas se assim é, as implicações estéticas não diminuem, porque as formas naturais e as formas criadas estão próximas umas das outras no mesmo ambiente religioso, dos frescos de Lascaux aos pequenos pingentes de fóssil” (LEROI-GOURHAN, 1971, p. 35 *apud* POMIAN, 1984, p. 70).

Os habitantes da gruta de Hyène em Arcy-sur-Cure são, então, os que detêm, provavelmente, o título de primeiros colecionadores conhecidos. As curiosidades naturais que recolhiam eram mantidas fora de circuito das atividades econômicas, não podendo ser explicadas sem fazer referência ao “invisível” (POMIAN, 1984).

Nesse sentido, temos o visível e o invisível, havendo uma divisão entre os objetos úteis que ajudam a transformar a natureza, possibilitando assim obter recursos para a vida cotidiana, esses são as coisas, e os objetos que não têm utilidade, mas que representam o invisível, possuem um significado. Esses são os semióforos. O semióforo pode ser um objeto que traz em si um significado para além da sua materialidade, possui valor simbólico, representa alguma experiência. Uma das suas funções é ser composto de signos, que, sem formar uma linguagem, servem a ela à

medida que substituem algo invisível, que não está presente no agora, são objetos visíveis investidos de significado (POMIAN, 1984). Para um objeto ser um semióforo, ele precisa ser carregado de significado e assim um objeto ao ter utilidade prática, exclui o seu significado:

O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa (POMIAN, 1984, p. 72).

Ainda que carregados de significados ou úteis, os objetos possuem valor de troca, e caso não respondam a esses quesitos, entram em uma terceira categoria, chamada por Pomian de desperdício. Sendo assim, é o seu significado que determina o valor de troca das peças das coleções. Relativizando, o que para um grupo é um semióforo, para outro pode não ser, e quanto maior a carga de significado, mais valor esse objeto pode ter, sendo cobiçado por aqueles que pensam em obter algo valioso no sentido monetário.

Na perspectiva antropológica os objetos materiais podem possuir diferentes funções simbólicas, tanto na individualidade como na coletividade, os objetos dizem muito sobre nós e definem habilidades entre os indivíduos nas sociedades. Para Gonçalves (2007), os objetos podem estar em constante circulação, sendo trocados, vendidos ou colecionados livremente, no entanto, isso não se encaixa para os objetos que são considerados para as sociedades modernas ocidentais como Patrimônio Cultural, quando reconhecidos como tal pela coletividade, passam a exercer uma função social e simbólica de “mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007, p. 27). Esses objetos eleitos como Patrimônio Cultural, geralmente encontram-se em museus, possuindo assim seu lugar de contemplação e de reflexão. No caso dos museus de Arqueologia, grande parte das coleções existentes provém do trabalho dos colecionadores amadores, muitas delas ligadas a expedições a povos desconhecidos (BRUNO, 1996).

Nesse sentido, percebemos a necessidade de entender o trabalho desses colecionadores amadores, no caso desse artigo na figura de Guilherme Tiburtius, que ia muito além da formação de uma ou mais coleções, mas sim de uma grande paixão pela Arqueologia.

4. O colecionismo na Arqueologia ou a Arqueologia no colecionismo

Não podemos aqui definir Guilherme ou colocá-lo na categoria de colecionador somente, pois há muito de arqueólogo e pesquisador nas suas produções, não nos permitindo enquadrá-lo em um campo do conhecimento. O acervo do Sr. Guilherme é fruto de pesquisas arqueológicas, de coletas fortuitas, compras, trocas e doações. A facilidade com que transitava entre o colecionismo e a Arqueologia é realmente admirável. Ao passo que Guilherme fazia o possível e muitas vezes o impensável aos olhos de muitos para adquirir as peças arqueológicas, dispendendo muito esforço e dinheiro para tal, ele possuía uma sensibilidade e um tino para a pesquisa arqueológica que nos mostra toda sua pendularidade. A dificuldade em determinar onde terminaria o colecionismo e começaria a Arqueologia na vida e nas práticas do Sr. Guilherme nos faz questionar se realmente existe essa fronteira.

Marques e Hilbert (2009) encontram semelhanças entre o colecionador e o arqueólogo, pois ambos possuem o ato de montar coleções como prática de seus ofícios. Os autores ainda afirmam que o arqueólogo constrói narrativas através da classificação técnico-teórico-conceitual, o colecionador trabalha a partir de sua intuição e subjetividade. Nesse sentido, sabemos que essa afirmação pode ser discutível ao passo que há muita intuição e subjetividade no trabalho do arqueólogo, também há muito da vivência, não há neutralidade em nenhuma ciência. Os autores ainda afirmam que as narrativas dos colecionadores particulares acerca dos objetos não estão apoiadas propriamente em saberes legitimados por estudiosos da cultura material, mas, sobretudo, em concepções intuitivas, embora possa ocorrer uma incorporação em seus discursos de classificação, decorrentes de conhecimentos científicos (MARQUES; HILBERT, 2009).

Nesse sentido, ao falarmos do Sr. Guilherme ponderamos algumas questões. Entre elas é: o que o diferencia de um arqueólogo ou como o autor cita, um “estudioso da cultura material”? Quais são os critérios que definem um estudioso da cultura material? Pois para ser um arqueólogo reconhecido como tal sabemos que é necessário ter um diploma acadêmico, e isso Guilherme não possuía. No entanto, não há como negar que ele foi, além de colecionador, um grande estudioso da cultura material, ficando evidente em seus escritos que possuía muita leitura e experiência acerca da Arqueologia, não deixando dúvidas quanto ao seu interesse e conhecimento pela Arqueologia acadêmica. O seu trabalho tem métodos, a composição de sua coleção passa também por um rigor científico que fica evidente não só nos seus

registros escritos e desenhos, mas no cuidado que teve em muitos momentos onde houve a preocupação em não descontextualizar o artefato e não danificar os sítios.

Para Plens (2016) a interpretação da cultura material não depende de sorte e nem sempre vem acompanhada de histórias fantásticas relacionadas aos achados, mas para uma interpretação mais refinada é necessário toda a bagagem teórica e prática, métodos e técnicas adquiridas na academia. Para a autora, requisitos imprescindíveis para o fazer arqueológico, passam fundamentalmente pela academia, sendo “perigoso” confiar em algumas interpretações daqueles que não são profissionais. Logicamente, que quando falamos da Arqueologia feita pelos amadores do passado, não podemos comparar com a atual e acadêmica, são momentos diferentes, atualmente diante do desenvolvimento acadêmico, do avanço das pesquisas e das técnicas relacionados ao tema, torna-se quase inadmissível a atuação de um amador, colecionador ou curioso.

O que existe é um campo bem interessante, mas delicado de pisar, onde um homem leigo, sem formação acadêmica se choca com um campo do saber, que estava buscando sua consolidação, tentando firmar suas bases ao mesmo tempo em que ele estava em plena atuação.

A Coleção do Sr. Guilherme foi construída, pouco a pouco, ao longo de sua vida, mas principalmente depois de sua aposentadoria, quando passou a se dedicar mais intensamente à coleta e compra de artefatos. No entanto, seu interesse pelo assunto permitiu, ao longo do tempo, a construção de conhecimento pessoal sobre Arqueologia. Todo esse conhecimento lhe conferiu prestígio diante da sociedade e até mesmo entre alguns grupos dentro da classe de arqueólogos. Com muito trabalho, seja no seu acervo pessoal como nas escavações, o esforço financeiro também marcou a construção dessa coleção. A respeito, afirma Pomian (1984, p. 54):

Diz-se também que certas peças de coleção são fonte de prazer estético; que outras e por vezes são as mesmas, permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objectos e que para este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objectos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los. (POMIAN, 1984, p. 54).

Composta de aproximadamente 12.000 peças de sambaquis e etnográficas, lâminas de machados, pontas de flechas, potes de cerâmicas, ganhadas, compradas,

ou coletadas em desmontes destes sítios, os objetos foram durante anos expostos em seu museu particular, servindo de fonte para pesquisas científicas, e ao deleite de apreciadores e colecionadores.

Nesse sentido, o trabalho do Sr. Guilherme nos proporciona inúmeras reflexões sobre questões que permeiam o campo da Arqueologia brasileira. Guilherme pode ser visto como um arqueólogo amador e como colecionador. Como arqueólogo trabalhou em várias frentes da Arqueologia, coletou muitas peças de desmontes de sambaquis, as estudou, pesquisou particularidades de sítios arqueológicos registrando seus resultados, contribuiu com o estudo de alguns sítios, sendo importante referência e em muitos casos a única.

Como colecionador temos um simpatizante da Arqueologia desde pequeno, interessado pelo modo de vida de grupos pretéritos, colecionando seus achados de pesquisa e adquirindo também muitos objetos, em um período onde não havia leis de proteção do patrimônio arqueológico. É evidente que as intenções eram as melhores, mas o fato de o Sr. Guilherme ser um arqueólogo amador e um colecionador, fez com que muitos profissionais da área questionassem o rigor científico das suas pesquisas. Com relação à opinião de Loureiro Fernandes sobre os colecionadores e arqueólogos amadores, Chmyz expõe:

Paradoxalmente, a posição de Loureiro Fernandes sempre foi de repulsa à ação dos colecionadores de peças. Responsabilizava-os, juntamente com os exploradores comerciais de sítios, pela destruição do patrimônio arqueológico. Não reconhecia naqueles capacidade técnica e científica para uma correta abordagem. É possível que o seu posicionamento inflexível com relação aos amadores tivesse se cristalizado entre as décadas de 1930 e 1940, quando se inteirava da situação dos sítios do litoral paranaense e, principalmente, em consequência de um incidente envolvendo um dos “grandes amadores”, durante as escavações que realizava no Sambaqui de Matinhos (CHMYZ, 2006, p. 44).

Fica claro que um dos “grandes amadores” era Guilherme, e que seu trabalho não era bem visto por profissionais, no entanto, devemos destacar o aprimoramento que ele buscou com profissionais da área, inclusive possuía amizade com muitos deles, a exemplo dos pesquisadores e professores universitário Iris e João José Bigarella autores de inúmeros livros e artigos, muitos desses em parceria com Guilherme, tratando de sítios do Paraná e de Santa Catarina, como o Sambaqui Itacoara em Joinville, por exemplo.

Outro nome importante dentro da Arqueologia que muito trocou e ensinou Guilherme, foi o arqueólogo João Alfredo Rohr, padre jesuíta, organizador do Museu

do Homem do Sambaqui em Florianópolis e pesquisador de centenas de sítios arqueológicos catarinenses. Segundo Ewaldo Tiburtius, o Padre Rohr conhecia muito bem Guilherme e muitas vezes visitou a sua coleção em Curitiba (TIBURTIUS, 2016).

É necessário entendermos o contexto da Arqueologia no Brasil no período de atuação do Sr. Guilherme, que se intensificou dos anos de 1940. Para Bueno (2011), entre a era dos museus e o ingresso da Arqueologia na universidade, temos um período denominado por alguns autores como a “era dos amadores”. O ingresso da Arqueologia nas universidades se deu entre as décadas de 1950 e 1960, e o período anterior, considerado “era dos amadores” correspondeu ao período que Guilherme esteve atuando fortemente na Arqueologia e no colecionismo. Nesse período, temos o Sr. Guilherme atuando principalmente nos desmontes de sambaquis. Concomitantemente, um grupo de acadêmicos buscava a proteção do patrimônio arqueológico através das vias legais. Composto por profissionais da Arqueologia de várias instituições do país, entre eles Paulo Duarte da Universidade de São Paulo (USP), Castro Faria do Museu Nacional do Rio Janeiro e Loureiro Fernandes da UFPR. Estes eram acadêmicos à frente de grupos de pesquisas e cursos de Arqueologia, buscavam a profissionalização da profissão de arqueólogo e “condenavam” a exploração dos sítios arqueológicos.

Esse grupo, por sua vez, conseguiu juntamente de outras pessoas, a criação da Lei 3.924 de 1961, conhecida como a Lei dos Sambaquis. Esta protege os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, e todos os elementos que compõe ficam sob responsabilidade do poder público.

Com a lei 3924/1691 e a intervenção do SPHAN há um movimento para profissionalizar o exercício da atividade de arqueólogo. No entanto essa profissionalização é confundida com “academicização” - o profissional é o acadêmico, só está apto a ser arqueólogo quem ocupa cargos na academia; ou seja é a academia que confere legitimidade ao discurso (BUENO, 2011, p. 62).

O que parece ter é uma tensão entre o conhecimento empírico, a experiência, o “amadorismo” e o método científico, estabelecido dentro das universidades, e legitimado pelos seus pares, entre campos diferentes. Percebe-se uma tentativa de desqualificação do trabalho executado por pessoas não pertencentes a esse grupo, aos chamados amadores, como o Sr. Guilherme, que durante anos produziram e movimentaram a Arqueologia brasileira, antes dela ser institucionalizada dentro das universidades. Guilherme não passou parte de sua vida comprando peças, escavando sítios e coletando vestígios em desmontes com intenção de destruir o patrimônio, ele

tanto fez pela Arqueologia que o MASJ foi criado a partir de sua coleção, do seu legado.

Para Bourdieu (1983, p. 89), os campos são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Cada um se caracteriza por diferentes interesses e disputas, onde os novos buscam se estabelecer, marcar sua posição, enquanto os já estabelecidos, autorizados pretendem manter o monopólio (BOURDIEU, 1983). O conhecimento científico sobre Arqueologia ou em outra área do saber, pode ser adquirido por qualquer indivíduo que tenha interesse e aptidão, a experiência em escavações, a leitura de artigos científicos, a troca de informações com amigos profissionais pode e certamente trará uma boa bagagem de conhecimento para um amador, e nesse caso específico Guilherme. No entanto, o que dará legitimidade a esse conhecimento, e a produção gerada com ele, será a universidade, pois o discurso válido vem daqueles que falam a partir dela. Se isso não fosse verdade, os estudiosos como Guilherme, autônomos, sem formação na área de estudo, seriam reconhecidos pelos legitimados. Nesse sentido, aqueles que não passaram pelo crivo acadêmico não estão aptos e, portanto, não autorizados a falar em nome da ciência.

5. Considerações finais

Não há como desvincular o colecionismo nem a Arqueologia brasileira da vida do Sr. Guilherme, ambos andam lado a lado. Vale destacar que o colecionismo surgiu muito cedo em sua vida, prática comum no seu lugar e no seu tempo, sendo o início de tudo. A Arqueologia foi algo que surgiu mais tarde, tornando-se o meio pelo qual Guilherme chegou até às peças que posteriormente fariam parte de sua coleção. Guilherme pesquisou e dialogou com os mais diversos campos do conhecimento, produzindo informações importantíssimas, tanto para os simpatizantes e curiosos da Arqueologia quanto para as pesquisas científicas. É necessário o reconhecimento do trabalho do Sr. Guilherme, e mais do que isso, é preciso enxergar a sensibilidade, a intuição e a perspicácia de um homem do seu tempo.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999

- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BUENO, Lucas de Melo Reis. Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda? *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 55-72, dez. 2011.
- CHMYZ, Igor. José Loureiro Fernandes e a Arqueologia Brasileira. *Revista Arqueologia*, Curitiba, v. 10, p. 43-105, 2006.
- CRUZ, Karina Martins. *A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-especial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis, SC*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- DONISETE, Luís Benzi Grupion. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 7, p. 21-33, 2008.
- GIOVANAZ, Marilise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, p. 162-171, jul. 1999.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: MinC, 2007.
- KAUFFMANN, Ethel. *A contribuição dos cientistas judeus a ciências naturais no Brasil*. 2009. 81 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 377-404, 2010.
- MARQUES, Marcélia; HILBERT, Klaus. Coisas colecionadas: um jeito (conceitual e intuitivo) de lidar com a cultura material. *Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, v. 8., p. 43-72, 2009.
- PLENS, Kátia, Regina. O mistério dos objetos. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 10, n. 1 p. 109-113, março. 2016.
- POMIAN, Krzysztof. Coleções. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Memórias VI: A pré-história de um Museu. História da gestação do Museu do Sambaqui. O idealismo constrói um museu*. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Marcio. Colecionismo e arte em Arthur Bispo do Rosário(2008). Disponível em: <http://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/6-colecionismo-e-arte-em-arthur-bispo-do-rosario.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- SILVA, Janine Gomes da Silva. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer. As vibrações do centenário e o período de nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Joinville: Univille, 2008.
- SOUZA, Flávia Cristina Antunes de. *A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: desamontoando conchas e evidenciando memórias*. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- TAMANINI, Elizabete. *Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- TIBURTIUS, Ewaldo. *Ewaldo Tiburtius: entrevista* [mai. 2016]. Entrevistadora: Priscila Gonçalves Ferreira da Silva. Curitiba, 2016. Entrevista concedida ao Projeto A compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção arqueológica na cidade germânica.
- TIBURTIUS, G. A. E. *Arquivos de Guilherme Tiburtius*. Joinville: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1996.

Data de recebimento: 19.06.2018

Data de aceite: 27.06.2019